

Dart deve falar com bancos, diz Cardoso

José Paulo Lacerda/AE

Problema da família que detém títulos da dívida não é do governo, segundo o ministro

REALI JUNIOR
Correspondente

PARIS — O governo brasileiro não se sente responsável pelo que está acontecendo com a família norte-americana Kenneth Dart, que deverá procurar uma solução para o seu problema diretamente com o comitê de bancos credores, em Nova York. Essa é a opinião do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, manifestada ontem.

Como se sabe, essa família detém atualmente 5,6% (US\$ 1,4 bilhão) do total da dívida comercial brasileira de US\$ 35 bilhões. Cardoso explicou que essa família comprou parte da dívida no mercado paralelo, reconhecendo suas dificuldades após o acordo feito entre o Brasil e os bancos privados, mas é a eles que os Dart devem recorrer e não ao governo. Ao que parece, disse Cardoso, a família Dart não está querendo entrar nessa redistribuição de papéis.

No seu encontro diário com os jornalistas brasileiros em Paris, Cardoso respondeu perguntas diversas das áreas econômica e política. Ele desmentiu notícias sobre a preparação de um cruzeiro forte, que acompanharia as medidas econômicas que estão sendo estudadas e que seriam postas em execução no momento em que a inflação começasse a declinar, dizendo que nunca ouviu falar disso, acreditando que deve ser idéia de quem está querendo choque na economia. Nenhuma instrução nesse sentido foi dada à Casa da Moeda, segundo Cardoso.



Cardoso: conversas com autoridades francesas sobre o Brasil

Outro desmentido foi político, sobre um eventual acordo com o PMDB para receber apoio no Ministério da Fazenda em troca do compromisso de não sair candidato à sucessão presidencial. O ministro confirmou contatos com o PMDB, mas não com esse objetivo.

Estatais — O governo está realmente estudando a transferência do controle das empresas estatais em vias de privatização para a área do Ministério da Fazenda. Cardoso confirmou que essa medida está sendo estudada com o presidente Itamar

Franco, mas que nenhuma decisão foi ainda adotada. É possível que isso venha a ser feito, disse o ministro, para que essas vendas possam ser melhor operadas. Segundo ele, o dinheiro precisa ir para o Tesouro e, dessa forma, “a engenharia financeira fica bem mais fácil se transferirmos para o Tesouro a supervisão financeira e adminis-

trativa de algumas empresas que estão na mira das privatizações”.

Cardoso revelou que o próximo setor a ser privatizado deverá ser o elétrico, havendo interesse francês nessa área. Eles estão voltados também para as telecomunicações, mas esse setor é um pouco mais complexo, cujas privatizações dependem também de autorização do Congresso.

Finalmente, perguntado se a nova lei de patentes seria bem mais a gosto dos norte-americanos, Cardoso explicou que o Brasil não faz leis para agradar aos norte-americanos, mas sim em defesa de seus próprios interesses. Essa nova lei contém dispositivos cujos interesses não são coincidentes aos dois países.

Também nessa área, a última palavra é do Congresso, reconhecendo que houve um grande progresso que permite ao Brasil hoje em dia preparar uma lei facilitando o relacionamento entre os países. Cardoso ressaltou que não se trata de uma lei para agradar aos norte-americanos, “mesmo porque eles vão ter de esperar pela aprovação do Congresso”.

FRANCESES
SE INTERESSAM
PELO SETOR
ELÉTRICO